

*Seminário Lusófono Parlamentar Africano para Promover a
Universalidade e Implementação do programa de ação das Nações Unidas para
Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento
Leve e participação das mulheres nas comissões de defesa e segurança*

Sua Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Nacional Popular,

Senhores deputados

Excelências,

Permitam-me felicitar os organizadores deste importante Seminário e, em particular, a Senhora deputada Suzy Barbosa, pela iniciativa de trazer ao parlamento da Guiné-Bissau a discussão deste assunto tão importante.

Em todas as partes do mundo, a disponibilidade imediata de armas e munições tem levado ao sofrimento humano, à repressão política, ao crime e ao terror entre as populações civis. As transferências irresponsáveis de armas podem desestabilizar a segurança de uma região, permitir a violação dos embargos de armas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e contribuir para abusos dos direitos humanos.

As estatísticas são claras. O mundo tem cerca de 900 milhões de armas de pequeno porte, sendo que 3 em cada 4 delas estão nas mãos de civis - a maioria sem autorização. Mais de 500 mil pessoas morrem a cada ano, principalmente devido a estas armas. Também há uma relação com questões de gênero: em alguns países, mais de 60% dos assassinatos de mulheres são cometidos com armas de fogo.

Nos países que vivenciam conflitos e altos níveis de violência, o investimento econômico é desencorajado e o desenvolvimento é interrompido, o que afeta também a capacidade nacional de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do 'Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve', os governos concordaram em melhorar as leis nacionais para regular o comércio de armas pequenas, controles de importação, exportação e gestão de estoques, além de comprometerem-se a prestar cooperação e assistência mútua.

Em 2014, outro passo importante foi dado com a entrada em vigor do Tratado sobre o Comércio de Armas que, após longas negociações, foi aprovado por 154 estados membros na Assembleia-Geral da ONU. Quatro anos depois, 91 estados já ratificaram este tratado.

Esperamos que, em breve, a Guiné-Bissau possa também juntar-se a este grupo de estados que se comprometeram, *inter alia*, a não exportar armas convencionais que possam vir a ser usadas para cometer violações de direitos humanos e a estabelecer sistemas nacionais de controle.

O estabelecimento de tais sistemas requer boa governança e instituições estatais sólidas. Por isso, é de suma importância que a Guiné-Bissau avance com as reformas prioritárias nos setores da defesa, segurança e justiça, mencionadas no Acordo de Conacri.

Sabemos, contudo, que o progresso nessa área depende, em grande parte, da estabilidade política. Assim, apelo uma vez mais a todos os atores políticos, tomadores de decisão e a todos os guineenses que façam um esforço para garantir a estabilidade a curto, médio e longo prazo por meio de um compromisso claro, do diálogo político inclusivo e do respeito pelas regras democráticas, para que o país possa realizar as suas eleições já agendadas e criar condições propícias para encontrar soluções viáveis e sustentáveis para

os problemas sociais, econômicos, políticos e de segurança do país. Isto facilitará o fortalecimento das instituições do Estado e a implementação das reformas prioritárias e fundamentais para a estabilidade da Guiné-Bissau.

Pela nossa parte - Nações Unidas e demais parceiros --, continuaremos dentro das nossas possibilidades e mandato a apoiar o país a preparar o terreno para as reformas, a dar assistência técnica às autoridades no combate ao Tráfico de drogas e outras formas de crime organizado transnacional. Continuaremos também a trabalhar com as autoridades e com a sociedade civil para promover os direitos humanos e, em particular, a igualdade de gênero.

Nesse sentido, as Nações Unidas na Guiné-Bissau têm apoiado iniciativas para assegurar a participação política das mulheres, como a Lei de Paridade que, esperamos, seja em breve promulgada. É amplamente conhecido, e reconhecido pelo Conselho de Segurança da ONU através da resolução 1325, que quando as mulheres lideram e participam nos processos de paz, a paz dura mais tempo.

Desejo-lhes um excelente e frutífero seminário.

Obrigado!